

TEMOS PAPA! BENTO XVI, O VATICANO E O MUNDO

Bruno Cardoso Reis

NÃO É RAZOÁVEL QUE PROVENHAM DE TODAS AS NAÇÕES
OS QUE VÃO ELEGER AQUELE QUE VAI AJUIZAR TODAS AS NAÇÕES?

São Bernardo de Claraval

O cardeal Joseph Ratzinger foi eleito no dia 19 de Abril de 2005 como 264.º chefe da Igreja Católica, sucedendo ao carismático João Paulo II como Papa, depois do segundo pontificado mais longo da história da Igreja Católica. A escolha não foi exactamente inesperada. O prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé era mesmo apontado como um dos favoritos, senão mesmo o favorito, pela imprensa. No entanto, Ratzinger Papa estava longe de ser o desfecho previsto por muitos «vaticanólogos». O adágio italiano sobre os conclaves *quem entra Papa sai cardeal* – ou seja, o favorito não ganha – não funcionou desta vez. Inesperado também é o facto de o eleito ser um sucessor dos inquisidores. Afinal, o lugar de prefeito da Congregação, que até ao início deste século se chamou Santo Ofício, com a sua função disciplinadora, tende a criar muitos inimigos e um certo problema de imagem. Para além disso, Ratzinger era geralmente visto como o chefe de fila dos cardeais mais conservadores, com o cardeal Martini como seu contraparte mais reformista. Como regra, os cardeais com este perfil funcionam como «grandes eleitores»; apesar de serem influências importantes no conclave, não reúnem votos suficientes para determinar a escolha final, que tende a recair numa figura «centrista» mais aceitável pelas diferentes sensibilidades, logo, mais capaz de realizar a função de pontífice – *pontifex* significa precisamente aquele que faz pontes; pontes entre o além e o aquém, mas também pontes entre as várias correntes católicas. Esta não foi portanto uma eleição típica¹.

Porquê? Possivelmente porque a regra estrita dos «dois terços mais um» dos votos dos cardeais reunidos à porta fechada, ou seja, em conclave, e fixada formalmente no século XIII, foi alterada em 1996; a partir dessa data e após um determinado número de votações a maioria simples pode prevalecer, o que teria resultado numa diminuição do incentivo ao compromisso e na alteração da dinâmica do conclave. Ou pura e simplesmente porque os cardeais conservadores eram muito fortes, e os demais decidiram não dar um espectáculo de divisão, prolongando o conclave sem qualquer esperança de

alterar o resultado final. Mas independentemente de tudo isto, talvez o facto mais inesperado para a opinião pública tenha a ver com a origem europeia do cardeal eleito.

Mas até que ponto este facto é realmente estranho? Mais: que consequências terá esta eleição para a estratégia e o peso do Vaticano no campo internacional? Fará assim tanta diferença ter sido eleito um Papa velho da Velha Europa e não um Papa novo do Novo Mundo? Qual é o real peso internacional do Papado e em que medida depende ele do carisma pessoal do Papa? Em relação a estas perguntas a eleição do Papa Ratzinger oferece um teste interessante. Iremos abordá-las em secções distintas: primeiro examinaremos em termos genéricos a questão do estatuto do Vaticano no campo internacional; seguidamente iremos olhar para a questão da internacionalização da Cúria Romana, ou seja, do governo central da Igreja Católica; e, por último, iremos procurar situar a eleição de Ratzinger neste contexto e antecipar um pouco o que se poderá esperar do seu pontificado.

O VATICANO: MICROESTADO E PODER GLOBAL

O poder no contexto do sistema internacional tem muitas facetas, mas sem dúvida uma das mais interessantes é a representada pelo Vaticano. Este é ao mesmo tempo um Estado muito recente e muito antigo; é o mais pequeno, mas também um dos mais poderosos, pelo menos em certos aspectos. Com as fronteiras actuais e como entidade com um estatuto de soberania plena, como Estado propriamente dito portanto, só foi reconhecido pelos acordos de Latrão entre a Itália e o Papado, em Fevereiro de 1929. Por outro lado, desde pelo menos o século VIII que existiu alguma forma reconhecível de Estado e de governo papal – conhecida por Cúria Romana – que sempre reclamou um estatuto de plena soberania, apesar de algumas interrupções no efectivo controlo de um território na sequência de várias crises internas e invasões, a última das quais pelas forças nacionalistas italianas, em 1870, que nunca chegaram, todavia, a «entrar» na cidadela do Vaticano. Evidentemente que não existe uma relação necessária entre o estatuto formal de um Estado e o seu poder efectivo no campo internacional. Mas o que é interessante no Vaticano é que, sendo tão pequeno, consiga uma tão grande importância na vida internacional – muito superior, aliás, a outros estados de maior dimensão.

O Vaticano é o Estado mais pequeno do mundo com menos de meio quilómetro quadrado de extensão, ou 44 hectares para sermos precisos. Não é por isso de estranhar que em termos de todos os tradicionais indicadores internacionais de poder apresente uma performance miserável. É o único Estado sem uma população nativa permanente. O próprio Papa, líder espiritual dos mais de mil milhões de católicos espalhados por todo o mundo, é um não nativo. Como o é também a pequena força armada constituída pelos Guardas Suíços, cuja única missão realista e efectiva é servirem como seguranças do Papa e do seu governo, a Cúria Romana². Não pode, em suma, haver dúvida que qualquer que seja o critério usado o Vaticano é um microestado³. E, no entanto, poucos questionarão que o mais pequeno dos microestados – cerca de catorze vezes menor do

que San Marino – é de todos o mais importante e, nalguns aspectos, nomeadamente no seu impacto mediático, um dos estados mais importantes do planeta⁴. O Papado é portanto inegavelmente um *microestado*, mas é também um *poder global*, com a capacidade de influenciar fiéis e acontecimentos em todo o mundo.

Parte deste paradoxo é facilmente explicável por o Vaticano ser a Santa Sé – este é o seu nome oficial –, ou seja, a sede da Igreja Católica, a mais numerosa e global das igrejas, com mais de um bilião de fiéis espalhados por todos os continentes. Mas o estatuto de Estado está longe de ser um pormenor nesta questão. Ele permite, apenas para dar dois exemplos, um acesso em termos de igualdade aos demais estados, e confere imunidade diplomática à rede de núncios – com estatuto equivalente ao de embaixadores – utilizada pela Santa Sé para se manter informada e exercer o seu poder sobre o conjunto do mundo católico. Um privilégio que mais nenhuma confissão religiosa possui. Mas como conciliar isto com o estatuto de uma confissão religiosa, e que sentido faz no quadro de um sistema internacional dito de pós-Vestefália, que é suposto ter na sua base, quer o conceito da soberania do Estado, quer uma clara separação entre questões religiosas e questões de Estado ao nível internacional?

A verdade é que a doutrina católica em geral e o Papado em particular estiveram presentes na criação do sistema internacional. O Vaticano, por exemplo, foi o primeiro local onde se fixaram embaixadas com carácter mais ou menos permanente, e um dos primeiros estados a enviá-las a outros países por períodos igualmente longos – o que atesta bem a valorização do papel do Estado na doutrina católica como elemento fulcral na criação de uma ordem justa. Mas importa sublinhar também que o catolicismo não aceita que o Estado seja o único protagonista da sociedade internacional, ou que esta possa ser regida por uma simples lógica instrumental de poder.

Portanto, a doutrina papal nunca aceitou o suposto corolário de Vestefália de que a religião não deveria ter qualquer papel internacional e deveria estar inteiramente

A SOBREVIVÊNCIA DO PAPADO É MAIS UM ARGUMENTO PARA OS CRÍTICOS DE UMA VISÃO DEMASIADO LINEAR DO QUE SE SEGUIU A 1648.

subordinada a cada Estado. O que se percebe, pois tal levaria à extinção do Estado papal. Nesse sentido a sobrevivência do Papado é mais um argumento para os críticos de uma visão demasiado linear do que se seguiu a 1648 – muito antes do aparecimento de Khomeini e Osama bin Laden ou dos chamados «estados falhados» virem sublinhar a necessidade de questionar o paradigma vestefaliano⁵.

O Papado foi particularmente bem sucedido na defesa deste seu estatuto soberano. É por isso que pensamos que embora uma faceta importante do poder do Estado papal seja captada pela noção de «poder suave» (*soft power*) que tem sido popularizada nos últimos anos por Joseph Nye, esta é insuficiente. Sem dúvida que o Vaticano exerce um importante poder de atracção. A adesão ao catolicismo é hoje em dia voluntária na maior parte do mundo. E o impacto internacional dos papas mesmo fora do seu rebanho é um exemplo acabado da importância deste último na sua dimensão normativa e cultural. Mas Nye

acrescenta ainda que todo e qualquer «poder duro», poder na acepção mais tradicional do termo, desapareceu da Santa Sé⁶. Uma tese com a qual não podemos concordar. Aliás, o referido autor enfatiza na sua obra que o seu objectivo é sobretudo mostrar que há um pólo mais suave e um pólo mais duro na complexa noção de poder internacional. Ora é assim também no caso do Vaticano. É certo que, mais do que o seu estatuto jurídico de Estado soberano, é a noção de que agredir o Papado terá grandes custos em termos de impacto público que tem funcionado, mesmo nas mais graves crises, nomeadamente durante a II Guerra Mundial, como dissuasor fundamental e garantia da soberania territorial vaticana. No entanto, sem a questão do seu estatuto estatal o problema nem se colocaria. E seria um erro ignorar que o Vaticano exerce uma autoridade institucional bem dura – pelo menos para o que é normal numa igreja – sobre o conjunto da rede global do catolicismo. A adesão pode ser essencialmente voluntária, mas a organização não o é.

Uma outra noção que nos parece tão ou mais fundamental para perceber o Vaticano é a de poder negativo. Ou seja, a capacidade de um Estado se negar a fazer qualquer coisa, a capacidade de se recusar a agir contra vontade⁷. Este poder de resistir é tanto ou mais importante, pelo menos para as potências pequenas e médias, do que a capacidade de exercer uma influência determinante fora da sua esfera. É, se se quiser, a tradução no campo do poder da noção de soberania. E esta é a concepção central para perceber a importância que o estatuto de Estado assume para o Papado. O papel do Estado papal foi sempre concebido como um complemento essencial à missão sagrada do Papa, que para ser plenamente livre tinha de ser soberana, ou seja, visivelmente independente de todo e qualquer outro poder terreno. A questão foi posta muito claramente nestes termos no jornal oficial do Vaticano durante as negociações para os acordos de Latrão, num artigo de Outubro de 1928 e atribuído ao próprio Pio XI: «uma necessidade absoluta de natureza religiosa torna imperativo que o Papa tenha um estatuto de liberdade e independência, que seja não apenas real e perfeito, mas também absolutamente visível perante todos os fiéis do mundo»⁸. Ou seja, o Papa, chefe de uma igreja universal, tem de

ser independente da autoridade de um qualquer Estado particular.

Em suma, o Vaticano é a sede de uma rede global muito antiga, facto comum a outras grandes correntes religiosas, que tal como as redes comerciais e as empresas multinacionais há muito que mostram que

O CARÁCTER PARADOXAL DESTA COMBINAÇÃO PECULIAR DE IGREJA E ESTADO PODE TALVEZ SER MELHOR TRADUZIDO NA NOÇÃO DE UM ESTADO DE PODER SUAVE, MAS UMA IGREJA DE PODER DURO.

a vida internacional não é só feita de estados⁹. Mas também de uma rede que tem muito de estatal, não só no estatuto soberano da sua sede, que a salvaguarda de interferências externas, mas ainda na sua hierarquização e estrutura de poder interna. O carácter paradoxal, mas bem sucedido, desta combinação peculiar de Igreja e Estado, jogando o melhor possível com as vantagens de estar em dois tabuleiros ao mesmo tempo, pode talvez ser melhor traduzido na noção de um Estado de poder suave, mas uma Igreja de poder

duro. Parece-nos que o cardeal Ratzinger é um representante paradigmático destes dois aspectos, do lado normativo e cultural, com várias obras publicadas, mas não menos do lado mais duro e estatal, de que ele foi o representante acabado como supremo disciplinador. Se há católicos que questionam este modelo, dificilmente Bento XVI o fará. O Vaticano como «poder duro» sairá muito provavelmente reforçado com este novo pontificado.

ROMA CABEÇA DO MUNDO: A SEDE GLOBAL DE UMA IGREJA GLOBAL?

Roma cabeça do mundo? Não há dúvida de que a Igreja Católica, mais do que qualquer outra comunidade religiosa, funciona realmente como uma instituição com um centro reconhecível e com um grau de poder sobre as suas múltiplas periferias que não pode ser exagerado e muito menos subestimado. Os bispos são figuras centrais na dinâmica da Igreja? Sim, mas é o Papa que os nomeia livremente, de acordo com o parecer dos seus nuncios, que para mais co-presidem a cada uma das conferências episcopais nacionais ou regionais. Isto é claramente distinto das outras grandes confissões religiosas que geralmente não vão além, quando muito, de algum tipo de assembleia internacional que funciona por consenso ou de uma hierarquia honorífica. Mas o facto de o Vaticano ser a sede de uma igreja que se concebe como verdadeiramente global – católica quer dizer universal, ou seja, Igreja Católica é o mesmo que Igreja Universal – e o é mais do que qualquer outra, não significa que a própria Cúria Romana tenha sido sempre verdadeiramente internacional na sua composição, como aliás a queixa de São Bernardo de Claraval com que abrimos este texto dá a entender¹⁰.

Historicamente, a Santa Sé tem sido dominada por um grupo europeu, os italianos, nativos da península onde se situa a própria Roma. Embora, é importante notá-lo, sempre com uma participação significativa de outras nacionalidades europeias, nomeadamente na elite por excelência do Papado, o colégio dos cardeais, os «príncipes da Igreja», que em termos de protocolo internacional gozam do mesmo tratamento que os «príncipes de sangue». Só no século XIX começou uma lenta, mas ainda assim impressionante, expansão do campo de recrutamento destas eminências. A prevalência dos italianos tem uma razão de ser que vai para além do simples localismo, ou seja, da facilidade no relacionamento com uma burocracia da Cúria Romana, de recrutamento essencialmente local. Tanto mais que durante séculos a Cúria governou um território significativo no centro de Itália. A questão da lealdade primeira e única dos nativos dessa zona não se punha, ao contrário dos cardeais de outras nacionalidades que até ao século XIX eram frequentemente nomeados pelo Papa, até formalmente, a rogo, ou seja, mediante uma prévia escolha, do respectivo soberano. O carácter marcadamente italiano da Cúria é portanto o reflexo quer de um condicionamento prático quer, ainda, algo paradoxalmente, de um desejo de preservar o carácter universal, no sentido de independente de qualquer Estado temporal, da Santa Sé. Mas, como é evidente, as circunstâncias mudam.

No entanto, há que reconhecer que este estado de coisas era também o reflexo da centralidade da Europa na formação da Igreja Católica. E que correspondia à tendência geral de distribuição de poder a nível do sistema internacional. Afinal, a primeira grande vaga de globalização moderna, também conhecida por Descobrimientos e expansão colonial, foi levada a cabo por estados europeus e reforçou grandemente o seu poderio. É certo que a Cúria Romana desde muito cedo manifestou a intenção de, em alguma medida, alterar este estado de coisas a fim de aproximá-lo da concepção universalista do catolicismo. Procurou nomeadamente constituir verdadeiras igrejas autóctones nas zonas de missão com um clero, e se possível um episcopado, de recrutamento local. A criação do «ministério» da Propaganda Fide, ou seja da missão, logo no início do século XVII, vai ser no seio da Cúria Romana a expressão institucional desta tendência. Mas a resistência dos poderes coloniais, de que os missionários em última análise dependiam, limitou até muito tarde o impacto da sua acção.

Por outro lado, o facto de a Igreja Católica ser uma instituição de tradições enraizadas faz

SÓ A PARTIR DO INÍCIO DO SÉCULO XX
É QUE A PREOCUPAÇÃO PAPAL COM A PROMOÇÃO
DO CLERO NATIVO VAI COMEÇAR A TRADUZIR-SE
NUMA MUDANÇA NOS EQUILÍBRIOS DE PODER
DENTRO DA IGREJA.

com que quaisquer mudanças sejam relativamente lentas. Só a partir do início do século XX é que a preocupação papal com a promoção do clero nativo vai começar a traduzir-se numa mudança nos equilíbrios de poder dentro da Igreja. Ela foi rápida ao nível local, das dioceses, com

o crescimento exponencial do número de bispos autóctones entre os anos 20 e os anos 60. Mas só mais lentamente se verificou ao nível do indicador essencial de poder no Vaticano que é a promoção ao cardinalato. No caso do Vaticano, o peso da tradição e a importância do esforço financeiro do Ocidente na dinâmica do catolicismo fizeram com que a maioria do pequeno universo de cardeais – aliás alargado por Paulo VI de 80 para 120 para acomodar mais facilmente os não-europeus sem alterar o equilíbrio existente – seja europeia e ocidental. Verificou-se uma forte quebra no número de italianos, e embora continuem a ser o grupo nacional mais numeroso estão agora quase ao nível dos EUA, e foi este facto que permitiu a subida da percentagem de não-europeus. Ainda em 1939, no conclave que elegeu Pio XII, os italianos eram mais de metade, os demais europeus tinham cerca de 30 por cento dos cardeais, somando portanto quase 80 por cento do total, e ao resto do mundo cabia o restante, com a Ásia e a América Latina com aproximadamente 3 por cento e os EUA com 6 por cento. Em 1958, para a eleição de João XXIII, e em 1963 para a eleição de Paulo VI, o número de italianos cai para cerca de 35 por cento, mas o resto da Europa mantém a mesma percentagem, e o que sobra está agora melhor distribuído: América Latina cerca de 15 por cento, EUA cerca de 9 por cento, Ásia e Oceânia com percentagens sensivelmente idênticas. No caso da África é apenas com Paulo VI que se dá uma mudança importante, reflexo da vaga de descolonização pós-1960, pois não tendo nenhum cardeal em 1939, e apenas um em

1958, que para mais era português, em 1978 já tem 10 por cento do número de cardeais. Com João Paulo II continua a quebra no número de italianos, que agora representam apenas cerca de 16 por cento do total, mas o resto da Europa mantém-se firme, ainda que com um reforço da Europa de Leste face à Europa Ocidental. Os EUA também mantêm a sua posição relativa. Todos os demais continentes sobem à volta de dois pontos percentuais. Em suma, uma internacionalização relativamente lenta e moderada do centro, e ainda fortemente enviesada a favor da Velha Europa face ao Novo Mundo, cujo peso no conclave não reflecte minimamente a sua real importância em termos de fiéis católicos.

Este facto é ainda mais evidente se olharmos para um grupo essencial quando queremos avaliar a real internacionalização do poder central da Igreja Católica: os «ministros do papa», i.e., os prefeitos das várias congregações vaticanas. Ora, neste aspecto, em 1961, os italianos dominavam ainda com 91 por cento destes ministros papais. É com Paulo VI que se dá a mudança radical, e este número cai para 33 por cento. Mas esta percentagem mantém-se praticamente inalterada durante o pontificado de João Paulo II. Afinal, cerca de metade da burocracia vaticana ainda é de origem italiana, assim como quase todo o pessoal leigo contratado. Ter-se estudado em Roma e saber italiano é uma condição *sine qua non* para se ascender à elite ministerial vaticana, o que mais uma vez mostra que seria errado, mesmo com esta maior internacionalização, subestimar a força centrípeta do Vaticano. Foi preciso esperar por João Paulo II para ver cardeais não-europeus a ocuparem alguns destes cargos fundamentais. Coube-lhe mesmo nomear o primeiro africano, o cardeal Arinze, e os primeiros latino-americanos, para cargos na Cúria. Em suma, o esforço de internacionalização tem sido impressionante em termos do ritmo normal para uma igreja milenar, mas razoavelmente lento em termos de posições de poder efectivo.

Deixar de ter papas apenas italianos seria logicamente, portanto, apenas o primeiro passo. Ter um Papa – a verdadeira e última fonte de poder no seio do catolicismo – de fora do Velho Continente será o sinal definitivo de que o Vaticano está realmente globalizado. Uma instituição que se quer verdadeiramente universal terá cada vez mais de ser realmente global. Este parece ser um passo tão lógico que dificilmente poderá continuar a ser adiado sem afectar a credibilidade da ideia de universalismo tão importante no catolicismo. No entanto, se o fim da tradição dos papas italianos traduz bem a quebra vertiginosa no seu número, a verdade é que a eleição consecutiva de dois europeus não-italianos é bem representativa do facto de que este grupo (os europeus) manteve o seu poder praticamente intacto ao longo deste último século. A eleição do cardeal Ratzinger, por muito que tenha desapontado expectativas legítimas, reflecte afinal aquilo que é ainda o real equilíbrio de poder no Vaticano.

A ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DO VATICANO E O PAPA RATZINGER

Tendo em conta estas dinâmicas, o que poderá trazer de novo o pontificado de Bento XVI?

Num ponto a sua eleição foi típica: na questão da idade. João Paulo II foi um Papa invulgarmente novo, e depois de um longo pontificado é tradicional nomear alguém já idoso por forma a garantir um reinado relativamente curto e um período de transição. Nesse sentido, a eleição de um cardeal de 78 anos, conhecido como um rigorista, representa claramente o desejo de evitar grandes mudanças nos próximos anos, sem desiludir definitivamente as expectativas dos que querem novas reformas. No entanto, a medicina moderna veio tornar mais complicadas estas lógicas tradicionais. E antes disso João XXIII já as tinha confundido, mostrando que um pontificado curto podia inaugurar mudanças decisivas. Contudo, o perfil de Ratzinger não aponta para essa direcção.

A primeira pista, como no caso de qualquer novo líder, será a das suas primeiras nomeações, quer dos seus «ministros» na Cúria, quer de bispos para as grandes dioceses que implicam por tradição a elevação ao cardinalato. A nomeação de figuras claramente conservadoras poderá tornar o próximo conclave ainda mais previsível e aumentar as tensões com aqueles que querem reformas na Igreja e um poder papal menos centralista e disciplinador¹¹. A manutenção da tradição de ter em conta a sensibilidade dominante em cada zona irá confirmar o seu perfil como uma figura de transição. Há ainda que acompanhar os seus discursos e eventuais encíclicas, ainda que seja duvidoso que surjam aqui grandes novidades, visto que o seu pensamento é relativamente bem conhecido. E as diferenças relativamente ao muito prolixo João Paulo II, no sentido de interpretações mais rigoristas ou conservadoras, dificilmente justificarão grandes textos.

UM FACTO É ABSOLUTAMENTE CONSENSUAL NA FIGURA DE RATZINGER: É UM PAPA ALEMÃO. OU SEJA, A LÓGICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CÚRIA NÃO ULTRAPASSOU A BARREIRA DECISIVA DO ESPAÇO EUROPEU.

Um facto é absolutamente consensual na figura de Ratzinger: é um papa alemão. Ou seja, a lógica de internacionalização da Cúria não ultrapassou a barreira decisiva do espaço europeu. Mas se para já Bento XVI manteve todos os seus antigos colegas na Cúria em funções, ele ainda terá

alguma margem de manobra neste campo. Manter a equipa anterior é tradicional e seria de mau tom fazer um corte imediato – só em 1985 é que João Paulo II substituiu todos os «ministros» que herdou do seu antecessor – e pode até haver um desejo de continuidade já que Ratzinger é o Papa da Cúria por excelência. Mas provavelmente ele terá de fazer, até por questões de idade, novas nomeações. Se optar por reforçar o contingente não-europeu isso pode ser um sinal importante. Particularmente significativa seria a nomeação de um prelado não-europeu para secretário de Estado – o «primeiro-ministro» e «ministro dos Estrangeiros» do Papa – o que seria uma estreia absoluta. Assim, poderia dar um peso adicional no campo internacional a um Vaticano que deixou de contar com o enorme prestígio e experiência de João Paulo II, e perdeu a oportunidade de eleger um Papa que pudesse trazer uma mais-valia em termos da dinâmica internacional actual. Se o Papa polaco tinha uma autoridade especial e um poder acrescido no contexto do

confronto Leste-Oeste da Guerra Fria, um pontífice não-europeu poderia emular esse feito relativamente aos problemas provocados pela tendência para a dispersão do poder que durante séculos esteve concentrado no Ocidente.


Mais problemático, tendo em conta o perfil de Bento XVI, parecer ser o seu desejo de manter um empenho comparável ao de João Paulo II nesse outro domínio, particularmente importante no momento presente, que é o da promoção do diálogo inter-religioso. Como cardeal, Ratzinger surgia por vezes empenhado em limitar doutrinalmente o impacto dos gestos papais, particularmente com a declaração *Dominus Jesus* de 2000. Ratzinger parece uma figura pouco propícia a emular João Paulo II no papel de facilitador das relações entre o Ocidente e o Islão, eixo importante e tenso da vida internacional actual. As suas declarações relativamente à Turquia, ao hinduísmo ou à existência de religiões «doentes» marcaram; assim como o seu silêncio relativamente às religiões não-cristãs, excepto o judaísmo, na sua primeira homilia papal, quando o Islão também se reclama dessa mesma herança espiritual. Um elemento ainda reforçado pelo facto de o novo Papa ter insistido no passado na necessidade urgente de o Ocidente recuperar a sua fé por forma a melhor se defender¹².

No entanto, mesmo neste aspecto, como noutros traços fundamentais, seria estranho que Bento XVI introduzisse grandes rupturas, pelo menos deliberadamente, no discurso internacional do Vaticano. Acima de tudo na questão do pacifismo. Ou seja, essa defesa do Ocidente, apesar de equívoca – contra o quê? contra quem? – seria concebida em termos essencialmente espirituais. A ideia de um «Papa neoconservador» parece exagerada e mesmo fundamentalmente errada se for vista como um guerrismo aberto. Afinal, o jovem Ratzinger viveu os horrores da guerra, e o tempo de um papado promotor de cruzadas parece definitivamente ultrapassado. A verificar-se seria um corte dramático com a tradição anterior, algo que criaria importantes reacções e tensões no seio da Igreja. A proximidade com a Administração Bush parece-nos mais provável, ou mesmo certa, ao nível da agenda moralizadora no campo interno, se bem que com um importante impacto internacional em tudo o que diz respeito ao planeamento familiar, nomeadamente o combate ao aborto livre e aos métodos contraceptivos. Aliás, numa linha de continuidade com o pontificado anterior, em que o Vaticano se tinha destacado no ataque a propostas que tendessem a fazer destes aspectos elementos centrais dos programas internacionais de combate ao crescimento demográfico descontrolado, à pobreza, ou à expansão da SIDA. Se no mandato de Clinton, Washington estava do outro lado da barricada, agora sucede o contrário¹³.

Por outro lado, no campo social parece-nos claro, até pela sua primeira homilia, que Bento XVI tenderá a manter uma linha de continuidade em relação ao combate à pobreza, que tem sido um elemento central da estratégia vaticana durante o último século. Resta apenas saber com que grau de prioridade e com que determinação face a certos interesses. Na verdade, o duplo mote Justiça e Paz é um tema recorrente do

papado moderno. E sem questionar a sinceridade do empenho nestes dois objectivos que traduzem aspectos essenciais da fé cristã, é também de notar que ambos encerram um duplo e significativo desafio ao poder exclusivo dos estados, seja pelo lado dos direitos sociais e de associação, seja pelo lado da ideia de uma ética internacional normativa que limita a sua discricionariedade no campo externo. Se subscrevermos a tese de John Ikenberry relativamente à constitucionalização crescente da sociedade internacional como a tendência e característica dominante dos últimos séculos, então forçoso é admitirmos que o Papado participou em grande medida nessa dinâmica e muito a encorajou. Aqui é tanto mais de esperar continuidade quanto a razão de ser de um papel internacional de relevo do Papa está dependente disto mesmo¹⁴.

Um ponto parece absolutamente certo em relação a Bento XVI: este é um Papa para quem o centralismo institucional e a capacidade de intervenção e sanção do Papado em qualquer diocese ou instituição católica no mundo – o «poder duro» do Vaticano – vai continuar a ser um elemento fundamental. De entre as reformas menos prováveis de um Papa Ratzinger está a diminuição dos poderes do Papa e do Vaticano. E talvez ainda mais importante para Bento XVI é a noção de poder soberano, ou seja, de que o Papado não se move por pressões externas. Na sua homilia como cardeal decano que imediatamente antecedeu o conclave ele deixou claro que a Igreja não se devia «diluir» tentando ajustar-se ao mundo. Se algum receio existe é mesmo o inverso, de um Papa completamente alheio aos sinais do seu tempo. Neste aspecto, o Papa Ratzinger tenderá a reforçar as manifestações de que o Vaticano é a sede de uma Igreja soberana, senhora de si.

Finalmente, e para além destas grandes linhas estruturais, qual é o peso da pessoa Papa, e que importância tem na sua capacidade de projecção e influência internacional a força da sua personalidade, o apelo do seu carisma pessoal? Na medida em que parece relativamente consensual que, à partida, a Ratzinger escasseiam estes atributos, o seu pontificado será um teste interessante pelo contraste com o anterior, no sentido de perceber melhor em que medida um Papa é *ex officio* relevante. 

NOTAS

- ¹ Thomas Reese, *Inside de Vaticano: The Politics and Organization of the Catholic Church* (Cambridge: CUP, 1996), pp. 92-93.
- ² Numa das bases de dados de referência deste campo, a maioria dos itens aparece como n.a. (Not available). E não estão disponíveis porque simplesmente não existem. Cf. «Vatican», *CIA World Factbook* in <http://www.odci.gov/cia/publications/factbook/print/vt.html>.
- ³ E.g. população menos de um milhão e extensão menos de 450 km². Cf. Barry Bartmann, «The Micro-State Experience. Very Small States in the International System» in <http://www.fullveldi.fo/uploads/BarryBartmann.doc>; e «The World Smallest Countries» in http://www.countrywatch.com/@school/smallest_countries.htm.
- ⁴ E.g. uma busca a 7 de Julho de 2004 no website da BBC News deu 1509 referências ao Papa, 395 ao Vaticano, mas apenas seis a São Marino e 36 ao Mónaco. As potências médias como a Espanha ou a França andam pelo mesmo número de referências. Claramente também o que importa é mais a figura do Papa do que propriamente o Vaticano em si. Mas nenhum outro líder religioso alcança tantas menções.
- ⁵ O estudo clássico e ainda de referência é Robert Graham, *Vatican Diplomacy: A study of Church and State on the International Plane* (Princeton, Princeton UP, 1959).
- ⁶ Joseph Nye, *The Paradox of American Power* (Oxford: OUP, 2002): «The Vatican did not loose its soft power when it lost the Papal States in Italy in the nineteenth century» [p. 10]. Claro que isto é verdade, mas também é verdade que fez todo o possível com o seu poder suave para recuperar um mínimo de poder duro, ou seja, do estatuto de estado territorial plenamente soberano.
- ⁷ Este é um conceito insuficientemente tratado na literatura, mas para uma discussão que se aproxima do nosso entendimento ver Steven Lukes, «Introduction», *Power: A Radical View* (Londres: Macmillan, 1974): «resistance is relevant in the sense that, if actualized, it provides the test by which one can measure relative power». Uma boa síntese recente é Chris Brown, *Understanding International Relations*, (Londres: Palgrave, 2001), 2.^a ed. rev., pp. 89-103.
- ⁸ Citado in Renzo De Felice, *Mussolini il fascista* (Turim, Einaudi, 1995), p. 408 [tradução do autor].
- ⁹ O argumento mais desenvolvido neste sentido é o de Barry Buzan e Richard Little, *International Systems in World History: Remaking World History* (Oxford, OUP, 2000), ainda que a importância das redes religiosas nem sempre seja tão desenvolvida como consideramos possível.
- ¹⁰ Thomas Reese, *op. cit.*, pp. 159 e segs. que desenvolve esta questão com várias citações interessantes, com referências à constituição *Pastor Bonus*, que funciona como a lei fundamental do Vaticano, e desenvolve o conceito de *Romanidade*.
- ¹¹ *The Washington Post*, «Choice Accentuates the Divide: Conservatives Generally Enthusiastic About Outcome», 20 de Abril de 2005, p. A16.
- ¹² Há várias referências a preocupações neste sentido, de dirigentes turcos ou hindus, até ao presidente das Igrejas Reformadas de França, ou a Desmond Tutu que qualifica Ratzinger como um «conservador rígido» [cf. *The Washington Post*, «Pope Vows to Pursue Outreach by Church: Cardinals Address Worries and Urge Patience», 21 de Abril de 2005, p. A18].
- ¹³ *New York Times*, «Pope May Color Debate in U.S. Over 'Life' Issues Like Abortion», 21 de Abril de 2005 in <http://www.nytimes.com/2005/04/21/international/worldspecial2/21church.html>.
- ¹⁴ G. John Ikenberry, *After Victory: Institutions, Strategic Restraint and the Rebuilding of Order After Major Wars* (Princeton: Princeton UP, 2001).